EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

TC – 021.372/2003-2 ESPÉCIE RECURSAL: Recurso de Recons		
ENTIDADE/ÓRGÃO: Município de Buriti/MA.	DELIBERAÇÃO RECORRIDA:	
RECORRENTE: A. M. G. Marques (R011 –	Acórdão 892/2011 (Peça 66, p. 35-38).	
Peça 83).	COLEGIADO: Plenário.	
PROCURAÇÃO: N/a.	ASSUNTO: Tomada de Contas Especial.	
	ITENS RECORRIDOS: 9.1, 9.1.2, 9.3, 9.7, 9.9.	

2. EXAME PRELIMINAR

2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPES TIVIDADE:	
2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU?	
Data de notificação da deliberação: 15/06/2011 (Peça 69, p. 42).	
Data de oposição dos embargos: 23/5/2011 (peça 82, p. 2)*.	
Data de notificação dos embargos: Não há*.	
Data de protocolização do recurso: 30/06/2011 (Peça 83, p. 2).	
*Considerando que a oposição de embargos de declaração, ainda que interposto por terceiros, é causa de <u>suspensão</u> do prazo para interposição dos demais recursos (art. 34, § 2º da LOTCU), a inda que interpostos por terceiros, conclui-se que, para a presente análise de tempestividade, devem ser considerados tanto o lapso ocorrido entre a data de notificação da decisão original e a data de oposição dos referidos embargos, quanto o prazo compreendido entre a notificação da deliberação que julgou os embargos e a data de interposição do presente recurso. Com relação ao primeiro lapso, foi considerada a data que consta no AR da peça 69 p. 42, qual seja, 15/06/2011. Tendo em vista que os embargos foram opostos no dia 23/05/2011 (Peça 82, p.2), ou seja, anteriormente à notificação, encontra-se prejudicada a contagem de prazo Com relação ao segundo lapso, também não houve contagem de prazo, haja vista que o presente recurso foi interposto antes da notificação da recorrente acerca do julgamento dos Embargos de Declaração. Resta, pois, tempestivo o presente apelo. 2.2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos?	
2.3. LEGITIMIDADE: O recorrente é parte legítima para interpor o recurso?	SIM
Trata-se de recurso interposto por responsável/interessado habilitado nos autos, nos termos do art. 144 do RI-TCU.	
2.4. INTERESS E: Houve sucumbência da parte?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida?	

3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Em virtude do exposto propõe-se:

- **3.1.** conhecer o recurso de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.1.2, 9.3, 9.7, 9.9. do acórdão recorrido, apenas para a recorrente;
- **3.2.** encaminhar os autos ao gabinete do relator competente para apreciação do recurso, com fundamento na Portaria/Serur 1/2013.

SAR/SERUR, em 11/4/2013.	Carlos Alberto F. da Silveira TFCE-CE – Mat. 1627-6	ASSINADO ELETRO NICAMENTE
--------------------------	--	---------------------------